

## **Um novo conceito de educar na comunidade de Pau Branco: o associativismo em Riacho de Santana/BA**

Antônio Domingos Moreira<sup>1</sup>, Arlete Ramos dos Santos<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as práticas educativas da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB. O método utilizado foi o Materialismo Histórico Dialético (MHD) e os instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental com os representantes da sociedade civil, o elaborador de projetos, os sócios projetistas e as famílias daquela comunidade. Os dados coletados evidenciaram que o associativismo tem se perpetuado como uma forma de realização do trabalho na APAB. Os sujeitos incluídos nesse contexto têm se organizado de forma coletiva e foram contemplados com políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo estas alternativas voltadas para o associativismo no campo.

### **Palavras-chave**

Associativismo. Comunidade. Políticas públicas. Produção sustentável.

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC); membro da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais (REDE PECC-MS); coordenador pedagógico da rede municipal de educação de Guanambi, Bahia, Brasil. E-mail: tony.dom1987@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, São Paulo, Brasil; professora na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; coordenadora da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais (REDE PECC-MS); coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC). E-mail: arlerp@hotmail.com.

**A new concept of education in the community of Pau Branco:** associativism in Riacho de Santana/Bahia

Antônio Domingos Moreira<sup>3</sup>, Arlete Ramos dos Santos<sup>4</sup>

**Abstract**

This article presents the results of a research study that aimed to analyze the educational practices of the Association of Small Rural Producers of Pau Branco - APAB. The method used was Dialectical Historical Materialism (DHM), and the data collection instruments included questionnaires and document analysis with representatives of Civil Society, Project Developers, project partner members, and families from that community. The collected data revealed that associativism has persisted as a way of carrying out work within APAB. The individuals involved in this context have organized themselves collectively and have benefited from public policies such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), which are alternatives aimed at promoting associativism in rural areas.

**Keywords**

Associativism. Community. Public policy. Sustainable production.

---

<sup>3</sup>Master in Education from the State University of Southwest Bahia, Brazil; member of the Study and Research Group on Social Movements, Cultural Diversity and Countryside and Urban Education (GEPEMDECC); member of the Latin American Research Network on Countryside Education, City and Social Movements (REDE PECC-MS); pedagogical coordinator of the municipal education network in Guanambi, Bahia, Brazil. E-mail: tony.dom1987@gmail.com.

<sup>4</sup>PhD in Education from the Federal University of Minas Gerais, Brazil; post-doctoral internship at the Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, São Paulo, Brazil; professor at the State University of Southwest Bahia, Brazil; coordinator of the Latin American Research Network on Rural Education, City and Social Movements (REDE PECC-MS); coordinator of the Study and Research Group on Social Movements, Cultural Diversity and Rural and Urban Education (GEPEMDECC). E-mail: arlerp@hotmail.com.

## Introdução

O presente artigo objetiva apresentar reflexões acerca do associativismo na comunidade dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), no município de Riacho de Santana/BA, e faz parte da pesquisa concluída no mestrado acadêmico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

De acordo com Ricciardi e Lemos (2000, p. 82),

[...] a expressão associativismo designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns.

O associativismo foi fundamental para que a comunidade de Pau Branco saísse do anonimato e passasse a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e possui grandes chances de alcançar os objetivos comuns e as políticas públicas nesses espaços. O associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida dos associados e de toda a comunidade. É importante destacar que a Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente, que acontece para a melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. A participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos comuns têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida das comunidades (Moreira, 2019).

Frantz (2012) afirma que o associativismo não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens como fruto da organização da sociedade civil e do terceiro setor, que é constituído por organizações privadas, sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Tais políticas públicas estão associadas à redefinição do espaço público, ao empoderamento e à gestão de propostas de desenvolvimento.

O associativismo na comunidade de Pau Branco iniciou-se com a participação coletiva dos associados ao acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com esses programas na APAB, Moreira (2019, p. 10) afirma que

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local.

Diante do atual contexto, o associativismo é uma porta de entrada para o fortalecimento da agricultura familiar no país, por reduzir custos, beneficiar a logística e o acesso ao mercado consumidor de forma democrática e solidária. Se no campo a união faz a força, essa relevância é ainda maior em trabalhos coletivos. Desse modo, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB) vem acessando as políticas públicas e um trabalho organizado para potencializar a renda familiar, visando também a uma sociedade mais humana e igualitária.

### **Associativismo e políticas públicas**

Os problemas conjunturais no Brasil, sejam eles de ordem política, econômica ou social, apresentam impactos sobre a população que agravam as diferenças sociais em cenários de desemprego, exclusão e precariedades, em que as práticas capitalistas de mercado só reafirmam as desigualdades. Essas questões remetem a diferentes formas de sobrevivência, e uma delas é o associativismo na agricultura familiar.

Diante desse contexto, para Abramovay, no Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (Brasil, 2006), a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao aspecto intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos da reforma agrária durante a década de 1990.

Essas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano social, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

O PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, foi planejado e implementado com base em uma discussão na qual se inseriu uma ampla rede de organizações, envolvendo diversas escalas governamentais, organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais, dentre outros. Em seu desenho institucional inicial, o PRONAF

foi organizado em três linhas distintas: i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e serviços municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente.

O PAA foi criado em 2003 por meio da Lei nº. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. O programa representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem a produção ao preço normalmente pago pelos equipamentos públicos (escolas, hospitais, etc.) aos intermediários, eliminando esse agente. Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais excluídos como assentados da reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que tem a função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados.

É importante mencionar que os alimentos que são produzidos pela agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, o programa é uma importante fonte de renda para muitos agricultores familiares em todo o Brasil. Analisando essa lógica do PAA, foi criado o mecanismo de compras para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrindo oportunidade para os agricultores familiares, além da melhoria da alimentação servida nas escolas.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais. As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como nas grandes cidades.

### **Autogestão e Associativismo**

A análise e o conceito de autogestão têm sido expostos na literatura (Guillerm; Bourdet, 1976), indicando suas características essenciais ou determinantes. A definição de autogestão deve ser compreendida segundo estes autores, nesse sentido, não em sua concretude empírica, mas como negação da heterogestão. No entanto, o conceito de

autogestão vem sendo aplicado indistintamente para referir a processos de gestão que, embora tenham determinadas características autogestionárias, não observam completamente todos os elementos constitutivos essenciais de uma autogestão, ou seja, não se constituem em negação absoluta da heterogestão, em sua oposição.

O processo de trabalho se tornou, também e ao mesmo tempo, mais exigente de qualificação para dar conta das operações com máquinas e ferramentas computadorizadas, baseadas em microeletrônica, e cada vez mais precarizado, em decorrência do desalojamento das ocupações e da expulsão dos trabalhadores para a periferia estável ou vulnerável, ou mesmo para as franjas do sistema (Santos; Nenes, 2020).

Entretanto, à medida que a força de trabalho assume predominantemente a forma de valor de troca e que o trabalhador está separado dos meios de produção e, conseqüentemente, dos frutos do próprio trabalho, este trabalho criador é substituído pelo trabalho alienado, estranhado. Em outras palavras, durante a vigência histórica do sistema do capital, não ocorreram processos de efetivação da emancipação humana, na medida em que sua práxis cotidiana revela o conflito permanente entre capital e trabalho, de onde resulta a inevitável alienação (Mészáros, 2002).

O contexto hegemônico atual está marcado pela simultaneidade de um expressivo avanço tecnológico ao lado de um conjunto de desafios sociais, esses advindos de uma produção problemática de riqueza, na qual persistem a desigualdade social, as crises econômicas, o desperdício mercantil e a degradação dos ecossistemas. Soma-se a isso a construção de alternativas sistêmico-organizacionais que podem possibilitar reverter esse quadro, cuja reversão poderá viabilizar o funcionamento efetivamente sustentável e duradouro do metabolismo social entre os humanos (Mészáros, 2002; Harvey, 2011).

Nesse sentido, as práticas dessas unidades produtivas ditas autogeridas não são suficientes para que sejam consideradas constitutivas de mudanças na estrutura de reprodução sociometabólica do capital (Mészáros, 2002). A distinção entre autogestão e empreendimentos com características autogestionárias não é um preciosismo acadêmico, mas uma necessidade crítica que permite avaliar com rigor a potência desses empreendimentos. A sobreposição conceitual exprime uma falsa análise da realidade, criando um obstáculo à reflexão crítica sobre ela.

Entretanto, é preciso indicar, de saída, que o associativismo se concretiza em alguns espaços por meio da economia solidária, e que esta é vista “como espaço de desenvolvimento do associativismo, representado pelos novos movimentos sociais econômicos, em que os

atores estratégicos do novo mercado” (Leonello, 2010, p. 82) se evidenciam por meio de “[...] um novo olhar de ação política visando a reapropriação do mercado a partir de valores próprios” (Portilho, 2009, p. 199). Para tanto, trata-se de uma nova economia ou um de novo modo de produção, que se define como os empreendimentos que têm características autogestionárias.

### **Aspectos metodológicos e análise de dados da pesquisa**

A pesquisa em destaque foi realizada na comunidade de Pau Branco, no espaço da APAB, que fica no município de Riacho de Santana/Bahia. A criação da APAB deu-se pela necessidade econômica de um grupo de agricultores/produtores da comunidade, os quais reuniram-se em 13 de maio de 1989, na escola da comunidade de Pau Branco, para discutir alternativas para angariar recursos econômicos. Diante dos fatos, no mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB.

A referida associação está situada na zona rural do município de Riacho de Santana/BA, com distância de 15 km da sede. Sua população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), é de 35.240 habitantes. A pesquisa utilizou abordagem metodológica qualitativa. Segundo Andrade (1999), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Bogdan e Biklen (1994) destacam que a metodologia de tipo qualitativa enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Fundamentamos nossas análises na perspectiva dialética que, segundo Kosik (2000, p. 46), “Não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes, como a união entre elas”. Para a coleta de dados, utilizamos questionário, a fim de identificar se as práticas coletivas na Associação APAB do município de Riacho de Santana/BA são emancipatórias ou alienadas.

O referido estudo teve como partícipes os sujeitos envolvidos na formação política, coletiva e humana no espaço da APAB, no município de Riacho de Santana/Bahia. No Quadro 1, abaixo, o perfil breve dos/as respondentes:

**Quadro 1 – Perfil dos/as entrevistados/as**

FUNÇÃO	ATUAÇÃO	PERÍODO
<b>Gestão APAB</b>	Gerir e coordenar as ações e as atividades da APAB	2015 a 2019
<b>Famílias na APAB</b>	Trabalhar em equipe, trabalho coletivo dentro da APAB	2015 a 2019
<b>Sociedade Civil</b>	Ações da Vereadora no município de Riacho de Santana/Ba e Funcionária da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR	2015 a 2019
<b>Elaborador de Projetos</b>	Elaborar e executar os projetos da APAB	2015 a 2019

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da APAB (2023).

Diante das informações dos sujeitos no quadro acima, é importante salientar que o questionário é um instrumento composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (Marconi; Lakatos, 1999, p. 100), e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes.

Portanto, a pesquisa apresentada tem um caráter exploratório, isto é, busca uma primeira aproximação à questão apresentada, estabelecendo algumas interrogações, inclusive, considerando discussões teóricas acerca das temáticas especificadas, apresentando indicações para próximas pesquisas no âmbito do associativismo, suscitadas e descortinadas pelas particularidades do avanço nas últimas décadas (Gil, 2009).

Com o objetivo de analisar as formas de organicidade, bem como o trabalho coletivo/cooperativo e a autogestão no associativismo da comunidade de Pau Branco no município de Riacho de Santana/BA, foi utilizado o questionário com a direção, três famílias selecionadas que conhecem todo o processo histórico da associação, desde sua fundação até os dias atuais, duas representantes da sociedade civil de Riacho de Santana, e o elaborador de projetos responsável pelas propostas para execução de alguns programas como o PAA e o PNAE. A pesquisa teve um recorte de 2015 a 2019 para analisar as ações do trabalho cooperativo/coletivo e o gerenciamento desse trabalho em grupo.

Falamos em associativismo na APAB e do conceito de autogestão como um projeto de um novo modo de produção, confrontando-o ao conceito de economia solidária, autointitulado como uma nova forma de produzir, na perspectiva da sustentabilidade, da agroecologia e da educação do campo como um viés voltado para a agricultura familiar e ao pequeno produtor rural. De acordo com Castro e Santos (2022), o termo agroecologia substituiu a noção de

agricultura alternativa, ao incorporar ideias ambientais e sociais que vão além das técnicas agrícolas. Possui relação com a abordagem sistêmica, que redireciona a perspectiva ecológica para a inclusão de questões sociais, políticas, culturais e econômicas. Já a Educação do Campo é vista por Santos (2020) como um projeto histórico de educação da classe trabalhadora camponesa que leva em consideração os modos de reprodução da existência do campesinato, bem como sua identidade e cultura. O associativismo nessa perspectiva representa uma forma de organização de grupos de pessoas com interesses comuns, quer sejam eles econômicos, sociais, políticos, religiosos ou educacionais, sendo autossustentáveis ou não, visando à união das forças e à conjugação dos esforços, a fim de obter o máximo de aproveitamento dos recursos e o alcance dos objetivos propostos.

O caráter associativo desses empreendimentos não confere qualquer garantia de contraposição às regras operacionais da estrutura capitalista (Mészáros, 2002). Nesse sentido, a APAB vem articulando dentro de seu espaço o conceito de associativismo, que está relacionado à utilização de métodos e técnicas específicas de trabalho capazes de estimular a cooperação, a coletividade, a auto confiança, exercitar a ajuda mútua entre os participantes, estimular a parceria, fortalecer o capital humano, melhorar a qualidade de vida, apoiar ações de produção e comercialização coletivas, o saber popular, a educação não formal e outras características que estão incorporadas na APAB.

**Quadro 2** – Informações básicas sobre a Associação de Pau Branco

Número de Associados na APAB	<b>105</b>
Número de sócios ativos	65
Número de sócios inativos	40
Sexo feminino na APAB	63
Sexo masculino na APAB	42
Número de sócios projetistas na APAB	40
Número de sexo feminino nos projetos da APAB	44
Número de sexo masculino nos projetos da APAB	16
Taxa de contribuição mensal na APAB	R\$ 2,00 reais
Taxa de contribuição dos sócios projetistas pelos projetos aprovados e executados na APAB	10%
Extensão territorial da sede na APAB	Aproximadamente um hectare

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2023.

A partir dos dados coletados junto à direção da APAB e aos sócios projetistas, percebemos um número maior de mulheres em comparação aos homens que realizam trabalhos nos espaços da Associação. Observamos que, no contexto do associativismo, o

protagonismo feminino tem destaque pela prestação de serviço com qualidade, pois elas passaram a se dedicar diretamente aos projetos que visam ao desenvolvimento social e humano, por meio de ações que promovem autoestima, autonomia, melhores condições de vida, cidadania, respeito à pluralidade, igualdade de oportunidades e inclusão social. Foi uma conquista importante das mulheres na APAB, uma vez que elas mostraram o potencial adquirido nas diversas atividades que apareceram ao longo dos anos na APAB.

A APAB forma a base dos principais conceitos que sustentam perspectivas alternativas ou renovadoras da democracia, seja por desempenhar funções de cooperação com as políticas dos governos, por ampliar espaços de representação social e/ou contestar padrões culturais e institucionais (Moreira, 2019). Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo aos processos de ampliação e de aprofundamento da democracia.

Assim sendo, o trabalho não é apenas um recurso econômico, mas também é um princípio educativo, de desenvolvimento de necessidades sociais, autoestima e espaços próprios. A maior participação feminina no mercado de trabalho e a geração de renda própria resultam em um aumento do nível de autonomia das mulheres, maior satisfação com as próprias vidas e melhoria do poder de negociação no interior da família. Elementos culturais, como o reconhecimento de seus direitos e a maior presença de mulheres na esfera pública, o aumento do nível de educação e expectativas de desenvolvimento autônomo estão, também, por trás do aumento no número de mulheres no mercado de trabalho (Oit, 2009). Os dados coletados na APAB evidenciaram que o trabalho desenvolvido pela mulher é tão relevante como qualquer trabalho que é desempenhado por um homem em outras atividades.

No Quadro 3 abaixo, destacamos as faixas etárias do sexo masculino e analisamos os dados para verificar como são executadas essas políticas nesses espaços.

**Quadro 3** – Faixa etária dos sócios do sexo masculino na APAB

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE SÓCIOS	PERCENTUAL NA APAB
<b>Até 30 anos</b>	04 Sócios Projetistas	06,06%
<b>30 a 40 anos</b>	02 Sócios Projetistas	03,03%
<b>40 a 50</b>	02 Sócios Projetistas	03,03%
<b>50 até 60</b>	01 Sócios Projetistas	01,51%

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB (2023).

Os dados apresentados acerca dos sócios projetistas do sexo masculino que fazem parte das ações na APAB demonstram números para analisar as políticas e o trabalho coletivo. Procurando contemplar a variedade de práticas na APAB – suas diferenças no que diz respeito às atividades e às formas de organização e aos objetivos, entre outros aspectos –, bem como o caráter relacional das práticas participativas e representativas, adotamos uma perspectiva analítica que apresenta diferenças importantes que balizam graus variados de possibilidades e de limites para o estabelecimento de relações positivas entre as práticas associativas e o desenvolvimento de indivíduos em instituições democráticas.

Resgatando a literatura acerca do associativismo, Warren (2001) sistematiza, em um plano mais genérico, três conjuntos de benefícios – diretos ou indiretos – democráticos decorrentes das práticas associativas, quais sejam efeitos no desenvolvimento individual – como sentimento de eficácia política, provisão de informações mais qualificadas, de habilidades políticas, de pertencimento coletivo, de socialização, de desenvolvimento de virtudes cívicas, de formação de lideranças políticas –; efeitos na esfera pública, criando espaços de debates, expondo relações de desigualdades e de injustiças sociais, e representando diferenças; e efeitos institucionais, seja criando instituições participativas, subsidiando políticas públicas e/ou ampliando as bases de representação política.

A respeito da faixa etária dos sócios do sexo masculino que estão atuando na APAB, é mostrado que, até 30 anos, há quatro sócios, o que corresponde a 06,06%, atuando de forma constante, sendo a maior predominância de idade em atuação na APAB; já na faixa de 30 a 40 anos, há dois sócios com atuação nos trabalhos da APAB, sendo 03,03% dos sócios; dentro da faixa etária de 40 a 50 anos há dois sócios, o que corresponde a 03,03% dos associados do sexo masculino que atuam na APAB; e, por último, de 50 até 60 anos, há um sócio, o que totaliza 01,51% que participa das atividades e está regularizado, tanto de forma documental como em relação às obrigações de acordo com o estatuto que rege a APAB.

**Quadro 4** – Faixa etária das sócias projetistas do sexo feminino na APAB

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE SÓCIOS	PERCENTUAL NA APAB
Até 30 anos	23 Sócias Projetistas	34,84%
30 a 40 anos	20 Sócias Projetistas	30,30%
40 a 50	07 Sócias Projetistas	10,60%
50 até 60	07 Sócias Projetistas	10,60%

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB (2019).

Na análise dos dados acerca da faixa etária do sexo feminino que atua na APAB, com as execuções e os trabalhos participativos/coletivos e as políticas públicas, trazemos alguns dados: há 22 mulheres que atuam na APAB até 30 anos de idade, somando 34,84%; já de 30 a 40 anos, estão registradas 20 sócias, que somam 30,33% de mulheres, a faixa etária que apresenta mais mulheres nos espaços da Associação; de 40 até 50 anos, há sete sócias, sendo 10,60% das mulheres que estão associadas nos projetos da APAB; de 50 até 60 anos, também há sete sócias, com 10,60% de ocupação nas atividades e trabalhos da Associação.

Essas análises são importantes para a temática em questão. Primeiro, é importante registrar que, de forma geral, elas parecem sustentar o que as pesquisas empíricas acerca do associativismo e das políticas têm afirmado: o envolvimento em práticas associativas é potencializado a depender do contexto político. Coradini (2007) afirma, por exemplo, que a intensificação da concorrência do associativismo no Brasil em virtude da redemocratização tornou o conteúdo desse conceito um importante recurso político. Os dados mostram que entre 1994 e 2003, o crescimento dos vínculos associativos foi bastante favorável.

**Quadro 5 – Dados sobre o PAA na APAB**

<b>PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA - APAB</b>	
<b>Ano do projeto</b>	2015
<b>Valor do projeto</b>	535.997.70 Reais
<b>Valor destinado à APAB</b>	53. 597. 07 Reais
<b>Valor que cada sócio projetista recebeu</b>	8.000 Reais
<b>Número de sócios projetistas</b>	66 Projetistas
<b>Número de homens</b>	09 Homens
<b>Número de mulheres</b>	57 Mulheres

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB (2023).

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi aprovado em 2015 na APAB a partir da pesquisa realizada, é importante frisar que foi um ano em que APAB teve o maior projeto aprovado e um número grande de mulheres na execução dele. Isso mostra como o associativismo foi fundamental para a Associação da comunidade de Pau Branco, auxiliando na renda familiar dos pequenos agricultores que se emanciparam nas atividades organizativas e por meio da produção de alimentos de forma sustentável e agroecológica.

Esses dados nos levam a entender que o tipo de participação do associativismo na esfera pública não é apenas uma porta de entrada ou uma alternativa para os sócios projetistas na luta por políticas públicas, mas uma marca importante da trajetória daquelas que entram nessa luta pelas portas tradicionais e avançam pelos próprios direitos.

### **Questionários com representantes da sociedade civil, elaborador de projetos, direção e duas famílias da APAB**

Algumas Associações têm sido destaque no município de Riacho de Santana pelo trabalho na área da educação não formal de forma coletiva, solidária, cooperativa, social e humana. Nesse sentido, investigamos a APAB e percebemos que nos últimos anos essa associação tem sido destaque municipal na maneira de gerir e organizar esse trabalho coletivo/participativo. Partindo dessas premissas, além da APAB, algumas pessoas da sociedade civil se dedicam para que esse trabalho, que tem ajudado a comunidade de Pau Branco, aconteça, a exemplo do projetista que elabora os projetos da associação, uma vereadora do município de Riacho de Santana/BA, e também uma funcionária da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Assim, resolvemos acrescentá-los como sujeitos da pesquisa para melhor compreender qual o papel que desempenham junto aos órgãos públicos para que as associações do município tenham êxito.

Nessas análises, ao questionar a vereadora sobre o associativismo no município de Riacho de Santana, ela responde:

No município de Riacho de Santana, todas as associações estão legalmente criadas, porém, algumas sem as adequações ao Novo Código Civil, e agora ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Para isso, já fizemos 17 assembleias em 17 associações para essa nova adequação (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Para a vereadora, pelas análises e acompanhamentos que ela tem feito nas associações de todo município, as associações mais desenvolvidas nos aspectos jurídico, físico e organizacional são:

No município vêm se destacando as associações de Pau Branco, Movimento de Mulheres Camponesas e de Santo Antônio. Esses acreditaram, investiram em formação, uniram, reuniram, ousaram e avançaram na construção de projetos com políticas de fortalecimento do associativismo, economia solidária, agricultura familiar e são destaque no município, principalmente, pela produção e comercialização. A Associação dos Apicultores destaca-se

na produção do mel, a Associação de Terra do Arroz pela cadeia produtiva do leite e tantas outras que aderiram ao programa Minha Casa Minha Vida, como Mata do Sapé e Sambaíba Quilombolas da Serra, Associação do Agreste no Baixo e do Pau Branco (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

A atuação das associações neste campo é de suma importância, pois possibilita a mediação dos espaços públicos e a apropriação das demandas civis dentro das instituições, no entanto, ela é autolimitada devido ao dimensionamento da estrutura gerencial e do poder associativo presente nestas estruturas (Diani; Bison, 2012).

Já a respeito da existência do trabalho na comunidade de Pau Branco e como o associativismo tem contribuído para o município de Riacho de Santana, observando as contribuições da funcionária da SDR, ela respondeu à questão sobre trabalho com o seguinte pensamento:

O Ciclo do Trabalho de Base, liderado pela igreja católica, com formação das Comunidades Eclesiais de Base e muitas dessas evoluíram para a constituição e formalização de Associações Comunitárias que traziam em seus anseios o fortalecimento do trabalho social, a cooperação entre os membros da comunidade, o trabalho coletivo (adjutório, ajuda entre os irmãos mais necessitados, a recepção do vigário para celebração de uma missa etc). Um outro ciclo que culminou na constituição de um grande número de associações (na década de 1990 a 2000, mais ou menos), foi com a expansão da política de crédito rural, com financiamento pelo Banco do Nordeste, de projetos produtivos para associações rurais. Com isso, foi liderado no município um grande movimento para a criação de associações de produtores rurais com a finalidade exclusiva (com raras exceções) de acesso aos financiamentos de crédito rural. Vale ressaltar que devido à falta de objetivos claros e maior solidez no processo de constituição dessas associações, a maioria acessou os créditos, e sem experiência em gestão (de associativismo ou do próprio crédito), não evoluíram, não aplicaram de forma adequada os empréstimos, se endividaram juntamente com seus sócios, vindo diluir posteriormente (Funcionária SDR, 2019).

A profissional destaca nessa fala o processo formativo de experiência e de formação para que os sócios possam de fato ter resultados positivos dos financiamentos adquiridos. Nas associações, o desenvolvimento de ações coletivas e participativas constitui um elemento fundamental para superar esses desafios. Segundo Putnam (2002, p. 194), “a participação seria fundamental para fazer a democracia funcionar nesses espaços. Ou seja, a cooperação seria mais fácil em uma comunidade que tenha herdado formas participativas sob regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Para o autor, “essa participação diz respeito

às características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade” (Putnam, 2002, p. 177).

Nessa análise, a participação parece tensionar e motivar a participação da sociedade civil nas questões públicas e, por conseguinte, a melhoria no desempenho dos governos.

Acerca deste aspecto, a funcionária da SDR ressalta:

De alguma forma, a prática associativista contribui para a formação humana/coletiva dos seus membros, a prática do diálogo, do trabalho coletivo, do processo de informação contínuo, processo de formação quando desenvolvido, as práticas e manifestações culturais, o desenvolvimento de projetos de ocupação e renda entre os associados. Sendo assim, essas práticas sociais, são inerentes e bastante importantes para a formação das pessoas como sujeitos humanos e solidários que participam desse processo nos espaços não formais (Funcionária da SDR, 2019).

Para o elaborador de projetos na APAB, a pesquisa evidenciou que nos últimos anos houve um grande avanço no associativismo da associação. Sendo assim, sobre a sua atuação, a resposta foi a seguinte: “Minha relação com a associação é meramente profissional, a diretoria me contrata e eu entrego o serviço, somente isso”. Ao analisar a resposta do elaborador de projetos, notamos uma fala meramente capitalista, que objetiva o lucro do trabalho prestado, sem haver nenhuma relação solidária ou uma ligação à proposta da APAB. Ao analisarmos a fala do elaborador de projetos (2019) relacionando-a à discussão de Marx (1967) sobre o capitalismo, evidencia-se que se parte dos mecanismos utilizados para melhorar a produção capitalista para dividir os trabalhadores em respectivos grupos dentro do associativismo, por exemplo, nota-se que os pequenos produtores se identificam mais com uma megacorporação a outros trabalhadores assalariados.

Quando questionamos as famílias da APAB sobre o que as levou a ser sócias e projetistas da associação, a Família A respondeu da seguinte maneira:

As motivações dos produtores para a permanência na associação são a sobrevivência das rendas via grupo e a conquista de financiamentos facilitados pelo Governo Federal quando feitos coletivamente. Outro aspecto importante também é a existência de uma educação não formal e com a preocupação ambiental entre os associados, sendo esta uma das pautas da associação e de sua cultura local. No entanto, verificou-se que a maior parte dos produtores-associados produz alimentos agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos e as atividades participativas/coletivas da associação e a representação que os indivíduos têm de si mesmos e de suas práticas (Família A, 2019).

Ao mencionar a renda familiar e as atividades executadas na APAB, a Família B deu a seguinte resposta:

Como a base do sustento das famílias da região é através da agricultura familiar, o que ganhamos na APAB é para o sustento, e o pouco que sobra é para investimos nas nossas propriedades que trabalho que é na perspectiva da agricultura familiar, na produção de hortaliças, de frutas e também na criação de animais em específico, os bovinos (Família B, 2019).

O trabalho é o intercâmbio entre homem e natureza, por meio do qual o homem, por sua atividade, transforma a natureza, buscando a satisfação das próprias necessidades e, nesse processo, transforma a si mesmo (Marx, 1867). Podemos dizer que essa é uma definição universal de trabalho, que se concretizará e se expressará de formas diversas nas ocorrências singulares de tal atividade, inclusive na possibilidade de alienação do trabalho.

Desta forma, é importante implementar as estratégias interdisciplinares do educar e do saber nos espaços não formais, no sentido de que a mobilização dos pequenos agricultores da APAB auxilia a criação de estratégias sustentáveis de preservação do meio ambiente. Assim, observa-se o processo de construção e relação do indivíduo consciente de sua conexão com o mundo e com o seu semelhante, devendo pensar um caminho de muitas possibilidades de aprendizagem das relações com o meio, junto à comunidade em que vive, colaborando com o conhecimento empírico para que se tenha um futuro melhor.

Os alimentos são a base de sustentação da vida humana, toda ela e em qualquer tempo. Tratar seriamente deles na escola é dever de educadores comprometidos com o ser humano [...]. Todos os estudantes têm o direito de saber que a agroecologia existe e o que defende [...] o fio a desenrolar a propósito da agroecologia é a redefinição dos conteúdos e da forma de estudo sobre a natureza (Caldart, 2015, p. 6).

Pautado na importância do saber popular e das práticas agroecológicas para obtenção de alimentação saudável, com produção sustentável, dimensões na diversidade de cultivos, o paradigma agroecológico oportuniza a transformação cultural da produção do campo, contribuindo para a ocupação econômica e gerando emprego e renda para os camponeses que vivem da agricultura familiar de subsistência nos quintais produtivos e nos espaços da APAB.

## Considerações finais

A pesquisa se baseou nas análises que trazem abordagens acerca do associativismo na comunidade de Pau Branco, fundada em 13 de maio de 1989, tendo como objetivo refletir acerca das práticas formativas, das organizações e das relações de trabalho na Associação de Pau Branco. Outrossim, buscamos entender como a associação vem se organizando e auto gerindo com a implementação de programas como o PAA, PNAE e PRONAF de 2015 a 2019. Nessa vertente, o planejamento e as ações do associativismo como alternativa de produção sustentável nesses espaços cooperativos são, por conseguinte, componentes estratégicos de reprodução social na comunidade e com centralidade da condução do processo de (re)produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de maneira coletiva e emancipatória.

Dentro dessa perspectiva, a associação de Pau Branco busca alternativas que evitam a atomização da vida social, agregando interesses e formação educativa dos sócios para o convívio social. Na referida associação, os indivíduos de uma mesma classe ou segmento social aprendem a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns. Não há muitos conflitos entre os associados, tendo em vista que a base associativa deles é mais ou menos homogênea em relação à origem social, étnica e religiosa. Mais do que um instrumento que pode ser utilizado para o compartilhamento do poder político, a associação é um espaço de socialização e agregação de interesses no interior de diversas classes e grupos sociais.

Neste sentido, a APAB teve como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui como força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, viabilizando maior participação social e estreitando os laços entre a sociedade organizada e o poder público, sob todas as dimensões. Sendo assim, consideramos que o associativismo se insere como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

A ação coletiva institucionalizada associativa no país contribui para o avanço de uma democracia participativa e para a conquista e a efetivação de direitos civis, políticos e sociais, por meio da expressão autônoma de diversos grupos sociais na esfera pública, tanto por meio de associações de defesa e promoção de direitos, como de associações de perfil comunitário e daquelas voltadas para a organização do trabalho e o desenvolvimento de atividades produtivas.

Contudo, ao mesmo tempo, reproduz estruturas de desigualdades presentes na nossa sociedade. O associativismo possui suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais, no grau de seu desenvolvimento, em que ações como essas surgem e se desenvolvem compatibilizando com as necessidades sociais contemporâneas de um desenvolvimento multicultural e solidário.

## Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1999.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4772.htm). Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**. Brasília: CGEE, 2006. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/4Modulo\\_4PPA\\_6435.pdf/5a72a55e-9445-4dc1-afb9-680e644b29b3?version=1.0](https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/4Modulo_4PPA_6435.pdf/5a72a55e-9445-4dc1-afb9-680e644b29b3?version=1.0). Acesso em: 20 fev. 2023.

CASTRO, R. A.; SANTOS, A. R. Agroecologia e o potencial contra-hegemônico do inventário da realidade na educação do campo. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, Itapetinga, v. 3, n. 1, p. 118-136, 2022. DOI 10.22481/poliges.v3i1.10759. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/10759>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, p. 181-203, 2007. DOI 10.1590/S0104-44782007000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Md3mvV64WTw9pZm3D3q9vkt/?lang=pt#>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 220-249, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FARIA, J. H. **Economia política do poder: fundamentos**. Curitiba: Criar, 2004.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2012. (Coleção educação à distância).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riacho-de-santana/panorama>. Acesso em: 23 fev. 2023.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 1967. (Coleção Marx-Engels).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, A. D. **A educação não formal na associação dos pequenos produtores rurais de Pau Branco - APAB no município de Riacho de Santana - BA**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/03/ANT%C3%94NIO-DOMINGO-S-MOREIRA.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_233473.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233473.pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199-204, 2009. DOI 10.5007/2175-7984.2009v8n15p199. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n15p199>. Acesso em: 5 fev. 2023.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

RICCIARDI, L.; JENKINS, L. R. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

SANTOS, A. R. Internacionalização da pesquisa e produção do conhecimento sobre educação do campo da área da educação na região nordeste (2013-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 196-228, 2020. DOI 10.22481/rpe.v16i43.7689. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7689>. Acesso em: 12 fev. 2023.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001.

Submetido em 09 de setembro de 2023.

Aprovado em 17 de outubro de 2023.